

**DISCRICIONARIEDADE ESTATAL PARA DETERMINAR
INTERESSES DE SEGURANÇA NACIONAL NO COMÉRCIO
EXTERIOR: UMA ANÁLISE DO ARTIGO XXI.(B).III DO ACORDO
GERAL SOBRE COMÉRCIO E TARIFAS - GATT**

Ana Vitória Muniz Bokos

Resumo: O artigo XXI.(b).III do GATT dispõe da exceção de segurança em guerra ou emergências nas relações internacionais. O problema de pesquisa do trabalho trata dos limites à discricionariedade em emergências internacionais. Assim, com ênfase no caso “*Russia — Measures Concerning Traffic in Transit*”, será verificada a jurisdição para revisão de legalidade, os limites ao julgamento do mérito, a possibilidade de aplicação do princípio da boa-fé e de exigir o ônus da prova como critério objetivo. Além disso, o trabalho sugere possibilidades de desenvolvimento da jurisprudência com base em interpretações do Direito Internacional Público e do Direito dos Investimentos.

Palavras-chave: Exceções de Segurança. Cláusula auto determinável. Discricionariedade estatal. Emergência internacional. Revisão de legalidade.

Keywords: Security Exception. Self-judging clause. State discretion. International emergency. Legality review.

Introdução

De forma geral, as regras de Comércio Internacional visam a liberalizar o comércio, reduzir de tarifas e barreiras e eliminar o tratamento discriminatório. Entretanto, as nações restringem o comércio por razões de segurança que, na ausência das exceções, violariam regras fundamentais da OMC. A pesquisa existente reconhece uma prevalência das preocupações com a segurança nacional em comparação às preocupações com o livre comércio¹. Apesar de a liberalização do comércio geralmente ter primazia nos acordos da OMC, existe o entendimento de que nenhum país deve liberalizar o comércio

¹ YOO, Ji Yeong; AHN, Dukgeun. Security Exceptions in the WTO System: Bridge or Bottle-Neck for Trade and Security?. *Journal of International Economic Law*, Oxford, v. 19, n. 2, p. 417-444, out. 2015.

a qualquer custo.² Mas as preocupações sobre o abuso da exceção de segurança foram reconhecidas desde sua criação.³

Neste sentido, surgiu margem à interpretação quanto ao caráter ‘justiciável’⁴ das exceções de segurança, que foi objeto de pesquisa ao longo dos anos⁵, sem ter chegado, no entanto, a uma análise jurisprudencial até recentemente, no caso envolvendo Rússia e Ucrânia⁶. Ademais, o artigo XXI.(b).III dispõe sobre a exceção de segurança com base no contexto de “emergência nas relações internacionais”, termo que precisaria de uma definição jurídica.

Diante das possibilidades de interpretação, seja pela prevalência da autonomia estatal em definir seus próprios interesses de segurança nacional, seja pela possibilidade de limitar abusos decorrentes da discricionariedade, questiona-se: qual o escopo de revisão de legalidade de medidas restritivas ao comércio sob o fundamento da exceção de segurança?

Sob essa ótica, a análise do trabalho parte (1) da interpretação das exceções de segurança, em especial, (2) no caso ‘*Russia — Measures Concerning Traffic in Transit*’ de 2019. Em seguida, (3) será analisada a

² NAGY, Csongor István. World Trade, Imperial Fantasies and Protectionism: Can You Really Have Your Cake and Eat It Too?. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, v. 26, n. 1, p. 87-132, 2019.

³ UNITED NATIONS. Economic and Social Council, Preparatory Committee of the United Nations Conference on Trade and Employment, Thirty-Third Meeting of Commission A, Doc. E/PC/T/A/PV/33, 1947.

⁴ O termo ‘justiciability’ é usado diferentemente de jurisdição; enquanto a jurisdição considera apenas a capacidade do foro decidir a questão, a ‘justiciabilidade’ considera se seria apropriado que o foro a decidisse. BOGDANOVA, Iryna. Adjudication of the GATT Security Clause: To Be or Not to Be, This is the Question. *World Trade Institute Working Paper*, Mar. 2019, p. 4. Disponível em: <https://www.wti.org/research/publications/1208/adjudication-of-the-gatt-security-clause-to-be-or-not-to-be-this-is-the-question/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

⁵ HAHN, Michael J. Vital Interests and the Law of GATT: An Analysis of GATT's Security Exception. *Michigan Journal of International Law*, Michigan, v. 12, p. 558-620, 1991. Disponível em: <https://repository.law.umich.edu/mjil/vol12/iss3/3>. Acesso em: 30 mar. 2021.; CANN, Wesley A. Jr. Creating Standards and Accountability for the Use of the WTO Security Exception: Reducing the Role of Power-Based Relations and Establishing a New Balance Between Sovereignty and Multilateralism. *Yale Journal of International Law*, v. 26, p. 413-485. 2001. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/yjil/vol26/iss2/7>. Acesso em: 30 mar. 2021.

⁶ WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), Doc. WT/DS512/R, Report of the Panel, 2019.

possibilidade de revisão da legalidade através (i) do princípio da boa-fé, (ii) do ônus da prova em demonstrar a relação entre a medida restritiva ao comércio e os interesses essenciais de segurança e (iii) da interpretação no Direito dos Investimentos.

1. Interpretação das exceções de segurança no comércio internacional

As discussões acerca da discricionariedade estatal para a adoção de medidas restritivas ao comércio por interesses essenciais são verificadas desde as (1) negociações das exceções de segurança, partindo (2) à interpretação dada nas disputas do artigo XXI do GATT.

1.1 As Exceções de Segurança na codificação das normas de Comércio Internacional

Na fase inicial da elaboração da Carta da Organização Internacional do Comércio ('International Trade Organization' - ITO), as exceções se concentravam nas exceções gerais, que passou a incluir disposição que se assemelha à exceção de segurança a partir da Proposta dos Estados Unidos⁷. O artigo XXI do GATT, justamente, se baseia no artigo 99 da Carta de Havana e era uma das cláusulas consideradas condições "não negociáveis" dos EUA para a adesão à ITO.⁸

Entre a delegação americana nas negociações da Carta da ITO, existiam questionamentos aos possíveis efeitos das exceções.⁹ Mas durante as negociações de 1947, em Genebra, eles deixaram claro que o objetivo não seria de mascarar medidas comerciais e que a exceção de segurança não teria por objetivo "permitir qualquer coisa sob o sol"¹⁰.

⁷ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. *Proposals for Expansion of World Trade and Employment*, Nov. 1945.

⁸ GOLDSTEIN, J. Creating GATT Rules: Politics, Institutions, and American Policy. In: RUGGIE, John (edit.). *Multilateralism Matters*. Nova York: Columbia University Press, 1993. p. 36-37.

⁹ VANDELDE, Kenneth J. *The first bilateral investment treaties: U.S. postwar friendship, commerce, and navigation treaties*. Nova York: Oxford University Press, 2017, p. 509.

¹⁰ UNITED NATIONS. Economic and Social Council, Preparatory Committee of the United Nations Conference on Trade and Employment, Thirty-Third Meeting of

Na Conferência de Genebra em 1947, foi sugerida a separação¹¹ entre exceções gerais e de segurança,¹² como nos artigos XX e XXI do GATT. A interpretação doutrinária era de que o artigo XXI: (i) não traz caput, o que significa, comparativamente, que os países não estão sujeitos a uma proibição da arbitrariedade;¹³ e (ii) sugere que basta que os países aplicando medidas restritivas 'considerem' que seus interesses essenciais de segurança estão envolvidos. O Presidente da comissão que redigiu o artigo ressaltou a importância da interpretação como garantia contra as medidas de segurança com fins comerciais¹⁴, para evitar abusos¹⁵.

1.2 *As Exceções de Segurança no histórico de disputas na OMC*

A maioria das questões acerca das exceções de segurança envolveram a linguagem em que o Estado “considera necessário para proteger seus interesses essenciais de segurança”, “tomadas em tempo de guerra ou 'outra emergência nas relações internacionais’”, do artigo XXI.(b).III. As partes do GATT muitas vezes aproveitaram da linguagem ambígua¹⁶.

Commission A, Declaration of US Delegate JM Leddy, *Doc. E/PC/T/A/PV/33*, 1947, p. 21.

¹¹ UNITED NATIONS. Economic and Social Council, Preparatory Committee of the United Nations Conference on Trade and Employment, Thirty-Third Meeting of Commission A, *Doc E/PC/T/196*, September Draft, 1947.

¹² UNITED NATIONS. Economic and Social Council, Preparatory Committee of the United Nations Conference on Trade and Employment, Eleventh Meeting of the Tariff Agreement Committee, *Doc. E/PC/T/TAC/PV/11*, 1947, p. 23-26. Disponível em: <https://docs.wto.org/gattdocs/q/UN/EPCT/TACPV-11.PDF>. Acesso em: 31 mar. 2021; UNITED NATIONS. Economic and Social Council, Final Act, GATT and Protocol of Provisional Application, *Doc. E/PC/T/214/Add.1/Rev.1*, 1947.

¹³ AYRES, Glyn; MITCHELL, Andrew. General and Security Exceptions under the GATT and GATS. In: CARR, Indira; BHUIYAN, Jahid; ALAM, Shawkat (edit.). *International Trade Law and WTO*. Sidney: Federation Press, 2012. p. 228-268.

¹⁴ WTO. GATT 1994. Article XXI (Jurisprudence), Security Exceptions. In: WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). *WTO Analytical Index: Guide to WTO Law and Practice*. Genebra: World Trade Organization, 2012. p. 600.

¹⁵ UNITED NATIONS. Economic and Social Council, Preparatory Committee of the United Nations Conference on Trade and Employment, Thirty-Third Meeting of Commission A, *Doc. E/PC/T/A/PV/33*, 1947, p. 20-21. UNITED NATIONS. Economic and Social Council, Preparatory Committee of the United Nations Conference on Trade and Employment, Thirty-Third Meeting of Commission A, *Doc. E/PC/T/A/SR/33*, 1947, p. 3.

¹⁶ Ver nota de rodapé 1.

Na OMC, antes de 2019, o Painel nunca havia analisado a norma. No caso ‘China -Raw Materials’, o Painel comparou o artigo XI.2 com o artigo XXI.(b), concluindo que o Estado invocando o artigo XI.2 não poderia determinar de forma discricionária sua aplicação, pois o artigo não trazia a linguagem “que considere necessário”, ao contrário do XXI.(b), fazendo menção ao dispositivo,¹⁷ bem como que se a intenção fosse de discricionariedade, teria linguagem semelhante à do artigo XXI.¹⁸

Inicialmente, as disputas envolvendo exceções de segurança tiveram como consequência acordos informais, encerramento das medidas ou a posterior não negociação tarifária entre as partes da disputa. Como exemplo, no caso ‘US – Export Restrictions’ de 1949, a Tchecoslováquia requereu, nos termos do art. XXIII da GATT 1947, nullification ou impairment, alegando discriminação¹⁹. As obrigações foram anuladas por acontecimentos políticos²⁰. No mesmo sentido, em 1961, Gana seguiu a interpretação dos Estados Unidos para restringir o comércio com Portugal.²¹ Entretanto, subsequentemente invocou as disposições do Artigo XXXV contra Portugal para as partes não entrarem em negociações tarifárias²².

Em 1982, a Comunidade Europeia, o Canadá e a Austrália suspenderam importações da Argentina²³ após o ataque às Ilhas Malvinas. Em comunicação conjunta, declararam que (a) tomaram medidas sob a Resolução 502 do Conselho de Segurança; (b) com base em direitos inerentes, cujo Artigo XXI é reflexo²⁴, em menção ao artigo 51 da Carta das Nações Unidas. Vários países discordaram da recusa em fundamentar menção ao artigo, mas concordaram que os interesses essenciais de segurança devem ser definidos

¹⁷ WTO. China—Measures Related to the Exportation of Various Raw Materials, *WT/DS394/R, WT/DS395/R, WT/DS398/R*, Panel report, July 5, 2011, para 7.276.

¹⁸ A União Europeia solicitou a remoção de qualquer referência ao Art. XXI do GATT. WTO. China - Measures Related to the Exportation of Various Raw Materials, *WT/DS394/R, WT/DS395/R, WT/DS398/R*, Panel report, July 5, 2011, para. 6.22.

¹⁹ GATT. Contracting Parties Third Session. *Doc. GATT/CP.3/33*, 1949.

²⁰ GATT. Contracting Parties Sixth Session. *Doc. GATT/CP.6/5*, 1951.

²¹ GATT. Contracting Parties Nineteenth Session. *Doc. GATT/SR.19/12*, 1961.

²² GATT. Portugal Accession, *Doc. L/1764*, 1962.

²³ GATT. Trade Restrictions Affecting Argentina Applied for Non-Economic Reasons, Communication, *Doc. L/5336*, June 15, 1982.

²⁴ GATT. Trade Restrictions Affecting Argentina Applied for Non-economic Reasons, Communication, *Doc. L/5319/Rev.1*, May 18, 1982.

pelo Estado que os invoca.²⁵ Como consequência, adotaram a “Decisão Relativa ao Artigo XXI do Acordo Geral”²⁶, cujo preâmbulo, afirma que o artigo pode “afetar os benefícios para as Partes Contratantes nos termos do Acordo Geral”²⁷, cuja redação é do artigo XXIII, base para o procedimento de solução de controvérsias.

O caso ‘Sweden - Import Restrictions on Certain Footwear’²⁸ entendeu que a proibição de importação de calçados como bens estratégicos militares seria um exemplo de abuso e uso indevido das Exceções de Segurança do GATT.²⁹ Ficou claro que o artigo XXI do GATT não aceita a declaração arbitrária sobre a necessidade de proteger os interesses de segurança.

Em 1985 o Conselho do GATT tratou do embargo comercial dos EUA contra a Nicarágua e o painel entendeu que “não pode examinar ou julgar a validade ou motivação para a invocação do Artigo XXI.(b).III pelos Estados Unidos”³⁰. A linguagem de autojulgamento é ilustrada no caso julgado na Corte Internacional de Justiça (“CIJ”), que declarou que tem jurisdição e autoridade sobre a revisão de casos relativos a interesses essenciais de segurança³¹. Durante a guerra fria e com a adesão Tchecoslováquia, Cuba e Nicarágua ao GATT, o princípio da nação mais favorecida do GATT tornou-se um obstáculo para os Estados Unidos na sua política externa contra o bloco comunista,³² ficando clara a motivação política das medidas.³³

²⁵ GATT. Minute of the meeting Held in the Centre William Rappard, *GATT Doc. C/M/157*, May 7, 1982.

²⁶ GATT. Decision Concerning Article XXI, *L/5426*, Nov. 30, 1982, para. 1, 2 e 3.

²⁷ WTO. *General Agreement on Tariffs and Trade - GATT*, 1994, article XVIII.

²⁸ GATT. Minutes of Meeting - Held in the Palais des Nations, Geneva, *Doc. C/M/109*, Oct. 31, 1975, p. 9.

²⁹ GATT. Sweden—Import Restrictions on Certain Footwear, *L/4250*, Nov. 17, 1975, para. 4.

³⁰ GATT. US – Trade Measures Affecting Nicaragua, *L/6053*, Panel Report, Oct. 13, 1986, para. 5.1-5.3.

³¹ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua* (Nicaragua v. Estados Unidos da America), Judgement, 1986, para. 222.

³² Ver nota de rodapé 1.

³³ BOGDANOVA, Iryna. Adjudication of the GATT Security Clause: To Be or Not to Be, This is the Question. *World Trade Institute Working Paper*, Mar. 2019, p. 3. Disponível em: <https://www.wti.org/research/publications/1208/adjudication-of-the->

A mais recente das disputas é apresentada pela Ucrânia contra as restrições russas ao tráfego em trânsito da Ucrânia para países terceiros através da Rússia, sob a alegação de violações das disposições sobre “Liberdade de Trânsito” do Artigo V do GATT.

2. A interpretação trazida pela decisão do painel no caso ‘Russia — measures concerning traffic in transit’ de 2019

As alegações da Ucrânia são de que a Rússia teria (i) banido o trânsito de produtos ucranianos pelo território russo; (ii) limitado o tráfego de produtos ucranianos e (iii) proibido o trânsito de mercadorias ucranianas em razão de regras de vigilância sanitária e fitossanitária³⁴. A Rússia apresentou uma defesa baseada no artigo XXI(b).III do GATT, alegando que (i) o Painel não teria jurisdição sobre o caso e (ii) a natureza excepcional da medida justificaria o descumprimento dos compromissos assumidos pela Rússia³⁵.

2.1 A análise de jurisdição pelo Painel: o caráter auto determinável da Exceção de Segurança como limite à jurisdição

A primeira decisão em que o Painel interpretou a exceção de segurança intensificou as discussões sobre a norma³⁶. O Direito Internacional tem entendido que a segurança nacional não retira o caráter econômico³⁷: invocar exceção de segurança por razões comerciais trará ‘justiciabilidade’ da segurança nacional, mesmo que seja para decidirem se têm jurisdição³⁸.

[gatt-security-clause-to-be-or-not-to-be-this-is-the-question/](#). Acesso em: 30 mar. 2021.

³⁴ WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/1*, Request for consultations by Ukraine.

³⁵ WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/R/Add.1*, Report of the Panel - Addendum, 2019.

³⁶ BOKLAN, D.; BAHRI, A. The First WTO's Ruling on National Security Exception: Balancing Interests or Opening Pandora's Box?. *World Trade Review*, v. 19, n. 1, p. 123-136, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1474745619000430>.

³⁷ DESIERTO, Diane A. *Necessity and National Emergency Clauses: Sovereignty in Modern Treaty Interpretation*. Nijhoff: Brill, Jan. 2012, p. 412. DOI: <https://doi.org/10.1163/9789004218536>.

³⁸ DESIERTO, Diane A. Protean ‘National Security’ in Global Trade Wars, Investment Walls, and Regulatory Controls: Can ‘National Security’ Ever Be Unreviewable in International Economic Law?. *EJIL Talk*, Apr. 2, 2018. Disponível

Antes da decisão, o caso “EC – Bananas Recourse to arbitration under article 22.6 of DSU” interpretou o artigo 22.3 do DSU, com a expressão “se a parte considerar”. Os árbitros entenderam por uma “margem de apreciação [...] em chegar às suas conclusões no que diz respeito a uma avaliação de certos elementos factuais”.³⁹ Concluiu que poderiam julgar se a parte considerou os fatos objetivamente e se, com base neles, poderia chegar à conclusão.⁴⁰

No caso da Rússia houve o argumento de verificar (i) se o Membro considera a ação necessária e (ii) é tomada para a proteção de interesses essenciais de segurança⁴¹. Também, o argumento de que os tribunais têm competência para decidir sobre as questões de segurança sem restrições à ‘justiciabilidade’, de acordo com o artigo 11 do DSU e que as restrições prejudicariam os objetivos do sistema de solução de controvérsias do Artigo 3.2 do DSU⁴².

Desta forma, o Painel analisou os limites de sua jurisdição sob dois aspectos: a jurisdição adjudicativa e a *ratione materiae*. Primeiramente, o Painel destacou que tem competência para decidir os limites da sua competência, conforme o artigo 1 do DSU. Como a Ucrânia iniciou a disputa com base no artigo XXIII do GATT, e considerando que não há regras especiais de procedimento previstas, o Painel considerou ter jurisdição adjudicativa.

Ademais, a Rússia questionou a jurisdição com base na natureza auto determinável do artigo XXI do GATT, enquanto limite à jurisdição *ratione materiae* do Painel, de que o significado do termo “que considere” seria um qualificante dos itens I a III,⁴³ de modo que os Membros teriam

em: <https://www.ejiltalk.org/national-security-defenses-in-trade-wars-and-investment-walls-us-v-china-and-eu-v-us/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

³⁹ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Whaling in the Antarctic* (Australia v. Japan: New Zealand intervening) Written Observations by New Zealand, 4 April 2013, para. 51-52.

⁴⁰ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Whaling in the Antarctic* (Australia v. Japan: New Zealand intervening) Written Observations by New Zealand, 4 April 2013, para. 52..

⁴¹ WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *DS512*, Third-Party Oral Statement of Australia, 2018.

⁴² WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *DS512*, European Union Third Party Written Submission, 2017.

⁴³ WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/R*, Report of the Panel, 2019, para. 7.65.

discrecionabilidade para definir o que configura “guerra ou outras emergências nas relações internacionais”. Com base no art. 31(1) da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (CVDT), o Painel concluiu que a interpretação a partir do objetivo do GATT e do *effet utile* do artigo XXI.(b), indica que o termo não se estende aos itens I a III.⁴⁴ Pelo contrário, que os itens são critérios objetivos para verificar se o artigo XXI.(b) se aplica a uma determinada medida, com a consequente competência do Painel para julgar se foram satisfeitos.⁴⁵

2.2 *A análise de mérito pelo Painel: o caráter auto-determinável da Exceção de Segurança como limite ao julgamento de mérito*

As questões de mérito verificadas foram (i) se a emergência alegada pela Rússia satisfazia os critérios do artigo XXI.(b).III, e (ii) se requisitos contidos no artigo XXI.(b) foram satisfeitos. A ordem da decisão do Painel seguiu a os argumentos alegados pela defesa russa.⁴⁶

Iniciando pela análise do item III, o Painel interpretou que o termo “outras emergências nas relações internacionais” seria uma situação de conflito armado ou latente, tensões, crises ou instabilidade em torno do Estado. Esta definição considerou que o termo “ou”, indicaria que tais emergências teriam relação com o conceito de guerra.⁴⁷ Assim, foram verificadas evidências de que as relações entre os países se deterioraram a se tornarem uma preocupação para a comunidade internacional, com o

⁴⁴ WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/R*, Report of the Panel, 2019, para. 7.5.3.1.3..

⁴⁵ WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/R*, Report of the Panel, 2019, para. 8.1.(a).(i).

⁴⁶ BOGDANOVA, Iryna. The WTO Panel Ruling on the National Security Exception: Has the Panel ‘Cut’ the Baby in Half? *EJIL Talk*, Apr. 12, 2019. Disponível em: <https://www.ejiltalk.org/the-wto-panel-ruling-on-the-nationalsecurity-exception-has-the-panel-cut-the-baby-in-half/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

⁴⁷ WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/R*, Report of the Panel, 2019, para. 7.72.

reconhecimento pela Assembleia Geral da ONU de que envolvia um conflito armado⁴⁸, havendo nexos temporais entre as medidas e a situação.⁴⁹

Já na análise do artigo XXI.(b), o Painel entendeu que o termo “interesses essenciais de segurança” se relaciona “às funções essenciais do Estado, como a proteção do seu território e de seu povo de ameaças externas, e a manutenção do direito e da ordem pública interna”⁵⁰. Por outro lado, no Direito internacional, a CIJ entende que “o conceito de interesses de segurança essenciais certamente se estende além do conceito de um ataque armado”⁵¹, mas uma ameaça militar significativa é necessária para invocar adequadamente a cláusula. O caso das “Oil Platforms”, decidido pela CIJ, rejeitou o argumento de defesa de segurança essencial⁵² e considerou que a mineração de um único navio militar é insuficiente para justificar os ataques.

No caso Gabcikovo-Nagymaros, a CIJ reconheceu que a necessidade é direito internacional consuetudinário, estabelecendo o critério (a) de perigo grave e iminente para ser salvaguardado o interesse essencial, e (b) a ação realizada ser a “única maneira” disponível para salvaguardar esse interesse. O segundo critério é que a conduta não deve prejudicar um interesse essencial de outro Estado ou da comunidade internacional. Terceiro, a necessidade não pode ser invocada para excluir a ilicitude de uma medida quando a obrigação internacional em questão exclui o fundamento de necessidade. Por fim, o quarto critério é que a necessidade não pode ser usada como desculpa se o Estado contribuir para a situação de necessidade.

No âmbito da OMC, o caso ‘United States-Restrictions on Imports of Tuna’ também examina a necessidade, estabelecida no artigo XX do

⁴⁸ UNITED NATIONS. *General Assembly Resolution No. 71/205*. Situation of human rights in the Autonomous Republic of Crimea and the city of Sevastopol, Dec. 19, 2016. WTO. *Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation)*, *Doc. WT/DS512/R*, Report of the Panel, 2019, para. 7.8.

⁴⁹ UNITED NATIONS. *General Assembly Resolution No. 68/262*. Territorial integrity of Ukraine, 27 Mar. 2014. WTO. *Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation)*, *Doc. WT/DS512/R*, Report of the Panel, 2019, para. 7.122.

⁵⁰ WTO. *Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation)*, *Doc. WT/DS512/R*, Report of the Panel, 2019, 7.130..

⁵¹ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua* (Nicaragua v. Estados Unidos da America), Judgement, 1986, p. 116.

⁵² INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Oil Platforms* (Islamic Republic of Iran v. United States of America), Judgement, 2003.

GATT. O Painel entendeu que “necessário” significa “indispensável” ou “inevitável”.⁵³ Portanto, uma medida contrária ao GATT só poderia ser necessária se “não houvesse medida alternativa [...] que fosse consistente ou menos inconsistente com outras disposições do GATT”.⁵⁴ Por outro lado, o Órgão de Apelação no caso ‘Korea - Beef’ apresentou interpretação sobre o termo “necessário” como algo que “dê uma contribuição para” o resultado esperado.⁵⁵ Entretanto, no caso da Rússia o Painel deixou de analisar⁵⁶ se houve a proteção de interesse de segurança essencial ao entender que tal definição seria de discricionariedade do país alegando a cláusula, ressalvada a boa-fé.

Quanto aos interesses de segurança da Rússia, apesar de não entender que houve uma articulação com as medidas tomadas, se mencionou a segurança da fronteira Ucrânia-Rússia.⁵⁷ Por esses motivos, o Painel entendeu que existia um nexo entre a emergência internacional e as medidas adotadas pela Rússia, concluindo que a Rússia satisfaz as condições do caput do artigo XXI.(b) do GATT e as eventuais violações alegadas pela Ucrânia estariam justificadas.

3. Os limites à aplicação discricionária de medidas de segurança nacional

A partir da interpretação dada ao caso Russia - Measures concerning traffic in transit, algumas lacunas e críticas podem ser observadas. Assim, este capítulo abordará (1) o princípio da boa-fé como limite à discricionariedade através da revisão de legalidade; (2) a exigência do ônus da prova, em lacuna deixada pela decisão; (3) os conceitos de necessidade, interesse essencial de segurança e emergência internacional, a partir do Direito dos Investimentos.

⁵³ WTO. United States – Restrictions on Imports of Tuna (México v. Estados Unidos da América), *DS29/R*, Panel Report, para. 3.71.

⁵⁴ WTO. United States – Restrictions on Imports of Tuna (México v. Estados Unidos da América), *DS29/R*, Panel Report, para. 3.71.

⁵⁵ WTO. Korea – Measures Affecting Imports of Fresh, Chilled and Frozen Beef (United States of America v Korea), *WT/DS161/AB/R*, *WT/DS169/AB/R*, Report of the Appellate Body, Dec. 11, 2000, para. 161.

⁵⁶ WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/R*, Report of the Panel, 2019, para. 8.1.(d).

⁵⁷ WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/R*, Report of the Panel, 2019, 8.1.(d).(ii).

3.1 A aplicação do princípio da boa-fé como limite ao interesse de segurança essencial

O trabalho visa observar os limites à discricionariedade estatal para determinar medidas contrárias às regras do GATT para proteção de interesses de segurança essenciais. Na doutrina, é frequente o argumento de que o princípio da boa-fé pode limitar a atuação através de revisão judicial⁵⁸, embora nem sempre reconhecida sua possibilidade.⁵⁹ No âmbito do Órgão de Apelação o caput do Artigo XX "é, de fato, uma expressão do princípio de boa fé".⁶⁰ Entretanto, a discussão de que o artigo XXI não traz tal disposição em seu caput não esbarra no óbice à revisão de legalidade, já que regras gerais de Direito Internacional Público se aplicam às regras da OMC⁶¹. Não obstante, é comum que a OMC recorra a decisões de outros tribunais internacionais ao abordar questões de Direito Internacional Público.⁶²

Assim, partindo da interpretação dada ao princípio da boa-fé, é possível verificar sua aplicação à cláusula auto determinável. Ressalta-se que a CIJ entendeu que tinha jurisdição para examinar medidas tomadas em conformidade com exceções de segurança em casos em que não havia a expressão "que considere", fazendo menção ao artigo XXI do GATT.⁶³ O

⁵⁸ SCHLOEMANN, Hannes L.; OHLHOFF, Stefan. 'Constitutionalization' and Dispute Settlement in the WTO: National Security as an Issue of Competence. *The American Journal of International Law*, v. 93, n. 2, p. 424-451, 1999, p. 426; LOBSINGER, Eric J. Diminishing borders in trade and terrorism: An examination of regional applicability of GATT article 21 national security trade sanctions. *ILSA Journal of International & Comparative Law*, v. 13, n. 1, p. 99-138, 2006; BONNAN, Regis. The GATT Security Exception in a Dispute Resolution Context: Necessity or Incompatibility? *Currents International Trade Law Journal*, v. 3, p. 449-478, 2010.

⁵⁹ KNOLL, David D. The Impact of Security Concerns upon International Economic Law. *Syracuse J. Int'l L. & Com.* Syracuse, v. 11, p. 587-624, 1984, em p. 586-590. Disponível em: <https://surface.syr.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1201&context=jilc>. Acesso em: 30 mar. 2021.

⁶⁰ WTO. United States-Import Prohibition of Certain Shrimp and Shrimp Products, *Doc. WT/DS58/AB/R*, Report of the Appellate Body, Nov. 1998, para. 158.

⁶¹ PAUWELYN, Joost. The Role of Public International Law in the WTO: How far can we go?. *American Journal of International Law*, v. 95, n. 3, p. 535-578, 2001.

⁶² COOK, Graham. *A Digest of WTO Jurisprudence of Public International Law Concepts and Principles*. Genebra: Cambridge University Press, 2015, p. 246-247. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781316212691>.

⁶³ Ver nota de rodapé 31.

Painel, entretanto, observou, no caso envolvendo a Rússia, que a CIJ não pretendia interpretar o Artigo XXI do GATT, mas apenas referiu-se à disposição a contrário a fim de destacar a ausência do termo “que considere” na exceção de segurança analisada.

Por outro lado, em decisão mais recente, a CIJ entendeu pela possibilidade de revisão de legalidade através do requisito da boa-fé em cláusula auto determinável⁶⁴, que estabelece que um Estado pode recusar um pedido se “considerar que a execução do pedido é suscetível de prejudicar a sua soberania, a sua segurança, seu *ordre public*, ou outros interesses de segurança essenciais”.⁶⁵ A CIJ considerou que a discricionariedade está sujeita à boa fé nos termos do Artigo 26 da CVDT. Além disso, entendeu que tem jurisdição para examinar se a justificação satisfaz o requisito. O juiz Keith, em sua opinião separada, considerou, também, abuso de direito e abuso de poder⁶⁶.

No entanto, a análise de boa-fé eventualmente realizada no âmbito da OMC tomaria como base a jurisprudência voltada a casos de comércio internacional. Ocorre que, no caso da Rússia, o Painel deixou de usar a jurisprudência do caso EC – Bananas Recourse to arbitration under article 22.6 of DSU, em decisão semelhante à do juiz Keith⁶⁷ e do direito dos Investimentos.⁶⁸

O entendimento de que o princípio da boa-fé seria baseado em dois requisitos foi intencionalmente⁶⁹ não utilizado na decisão da Rússia. Sob esta

⁶⁴ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Certain Questions of Mutual Assistance in Criminal Matters* (Djibouti v. France), Judgement, 2008, para. 135 e 145.

⁶⁵ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Certain Questions of Mutual Assistance in Criminal Matters* (Djibouti v. France), Judgement, 2008.

⁶⁶ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Certain Questions of Mutual Assistance in Criminal Matters* (Djibouti v. France), Declaration of Judge Kenneth Keith, 2008, para. 6.

⁶⁷ SANKLECHA, Jay Manoj. The limitations on the invocation of self-judging clauses in the context of WTO dispute settlement. *Indian Journal of International Law*, v. 59, p. 77-109, 2019, p. 29.

⁶⁸ NOLAN, Michael D.; SOURGENS, Frederic G. The Limits of Discretion? Self-Judging Emergency Clauses in International Investment Agreements. In: SAUVANT, Karl P. (edit.). *Yearbook of International Investment Law & Policy 2010-2011*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 363-413.

⁶⁹ WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/R*, Report of the Panel, 2019, para. 7.147.

perspectiva, o tribunal apenas teria jurisdição para definir a (1) especificidade da articulação em que o Estado invoca um interesse de segurança essencial e (2) cumprimento mínimo do requisito de plausibilidade. Quanto ao primeiro, de acordo com o Painel, quanto mais afastada a situação da emergência, mais específica a articulação exigida do Estado.⁷⁰ O segundo verifica se a medida está tão distante do interesse essencial de segurança que seria implausível ser adotada para sua proteção.⁷¹

3.2 *A exigência do ônus da prova para demonstrar a relação causal entre a medida e a proteção de interesses essenciais de segurança*

A Rússia apresentou a defesa de que não assume o ônus da prova nos termos da cláusula de segurança em virtude do Artigo XXI.(a), que isenta o réu desse dever. A questão do ônus da prova foi ocultada, já que o painel seguiu a ordem de argumentos da defesa, dispensando-a de demonstrar a relação causal entre a medida e a proteção dos interesses essenciais de segurança.⁷²

A questão do ônus da prova pode ser visualizada como uma obrigação de quem alega a violação no direito internacional, devendo, portanto, comprovar o descumprimento à obrigação.⁷³ No caso da revisão de boa-fé, por ser presumida, o órgão revisor apenas analisaria se foi estabelecida a falta de boa-fé por aquele que alega a violação.⁷⁴ Por outro lado, no caso de defesa por exceção, o Estado alegando a preclusão da ilicitude seria o

⁷⁰ SANKLECHA, Jay Manoj. The limitations on the invocation of self-judging clauses in the context of WTO dispute settlement. *Indian Journal of International Law*, v. 59, p. 77-109, 2019, p. 30.

⁷¹ WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/R*, Report of the Panel, 2019, para. 7.138.

⁷² WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/R*, Report of the Panel, 2019, para. 8.1.(d).(ii).

⁷³ CHENG, Bin. *General Principles Of Law As Applied By International Courts And Tribunals*. Londres: Stevens & Sons Ltd., 1953, p. 326-335.

⁷⁴ SCHILL, Stephan; BRIESE, Robyn. If the State Considers: Self-Judging Clauses In International Dispute Settlement. In: WOLFRUM, Rüdiger (edit.). *Max Planck Yearbook of United Nations Law*. Nijhoff: Brill, 2009. v. 13, p. 61-140, at p. 123.

responsável de estabelecer se a exceção de fato se aplica.⁷⁵ Como se verifica da decisão, o próprio Painel reconheceu que:

Embora a Rússia não tenha articulado explicitamente os interesses de segurança essenciais que considera que as medidas em questão são necessárias para proteger, referiu-se a certas características da emergência de 2014 que dizem respeito à segurança da fronteira Ucrânia-Rússia.⁷⁶

No Direito Internacional, além da mera causalidade, o critério da proximidade estabelece que o dano não pode ser remoto ou indireto.⁷⁷ Neste sentido, não sendo a medida elemento necessário e suficiente⁷⁸ para a não ocorrência de dano à segurança nacional, não haveria proximidade entre a medida de restrição e a proteção de seus interesses essenciais de segurança. Assim, a exigência do ônus da prova para demonstrar a relação causal entre a medida restritiva de comércio e a proteção da segurança nacional ainda pode ser invocada em casos futuros.⁷⁹

3.3 *A interpretação das exceções para adotar medidas de interesse nacional no Direito dos Investimentos*

O objetivo deste tópico é trazer a interpretação do Direito dos Investimentos na aplicação dos institutos já tratados, em cláusulas autodetermináveis. Tais cláusulas são trazidas em diversos tratados de investimentos bilaterais e multilaterais, bem como acordos de livre comércio. Como exemplo, tem-se o artigo 2102(1) do NAFTA que, em seu item (b).II,

⁷⁵ TRYBUS, M. "The EC Treaty as an Instrument of European Defence Integration: Judicial Scrutiny of Defence and Security Exceptions", *Common Market Law Review*, v. 39, pp. 1347 a 1369, 2002, p. 1361-1362.

⁷⁶ WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/R*, Report of the Panel, 2019, para. 7.136.

⁷⁷ UNITED NATIONS REPORTS OF INTERNATIONAL ARBITRAL AWARDS (UNRIAA). *Trail Smelter case (United States, Canada)*, Decision of 16 April 1938, vol. III, p. 1931; INTERNATIONAL LAW COMMISSION. *Draft articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts*, 2001, article 31(10). UNITED NATIONS. *Security Council resolution 687*, Apr. 3, 1991, para. 16.

⁷⁸ WRIGHT, Richard W. Causation, Responsibility, Risk, Probability, Naked Statistics, and Proof: Pruning the Bramble Bush by Clarifying the Concepts. *Iowa Law Review*, v. 73, p. 1001-1077, 1988, at p. 1019.

⁷⁹ Ver nota de rodapé 46.

se relaciona com o artigo XXI.(b).III do GATT. Entretanto, não decidiu sobre exceções autodetermináveis.⁸⁰ O que se verifica são visões, através de *obiter dictum*, em que “Caso o Tribunal concluísse que a disposição é auto julgável, a determinação estaria sujeita a uma revisão de boa-fé de qualquer maneira”.⁸¹

Outro ponto analisado pela doutrina ao comparar a aplicação do artigo XXI do GATT ao Direito dos Investimentos se trata da interpretação dada à necessidade, sendo verificada sob o contexto de proteção de interesses essenciais de segurança,⁸² ainda que não exista uma discussão semelhante em relação à natureza auto determinável.⁸³ Os casos relevantes são ‘CMS v. República Argentina’⁸⁴, ‘LG&E v. República Argentina’⁸⁵, ‘Enron v. República Argentina’ e ‘Sempra v. República Argentina’⁸⁶, onde a Argentina

⁸⁰ SCHILL, Stephan; BRIESE, Robyn. If the State Considers: Self-Judging Clauses In International Dispute Settlement. In: WOLFRUM, Rüdiger (edit.). *Max Planck Yearbook of United Nations Law*. Nijhoff: Brill, 2009. v. 13, p. 61-140, at p. 111. DOI: <https://doi.org/10.1163/18757413-90000037>.

⁸¹ INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). LG&E Energy Corp., LG&E Capital Corp., and LG&E International, Inc .v. Argentine Republic, *ICSID Case No. ARB/02/1*, Decision on Liability, Oct 3, 2006, para. 214.

⁸² A análise nos casos *CMS*, *Enron*, *LG&E* e *Sempra* envolvendo a Argentina, especificamente, tratam expressamente a defesa de necessidade no contexto do acordo com os Estados Unidos (U.S.-Argentina Bilateral Investment Treaty), em seu artigo XI, que traduz: “Este Tratado não obsta à aplicação por qualquer das Partes das medidas necessárias para a manutenção da ordem pública, o cumprimento de suas obrigações no que diz respeito à manutenção ou restauração da paz ou segurança internacional, ou a proteção de seus próprios interesses essenciais de segurança”. Veja: JÜRGEN, Kurtz. Adjudging the Exceptional at International Law: Security, Public Order and Financial Crisis. *Society of International Economic Law*, Jul. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1154702>. Acesso em: 30 mar. 2021.

⁸³ O artigo XI analisado nestes casos traz redação que se assemelha ao tratado compreendido no Caso de Nicarágua, decidido pela CIJ, onde o entendimento foi de que a previsão seria *a contrario* do artigo XXI do GATT.

⁸⁴ INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). CMS Gas Transmission Company v. Argentine Republic, *ICSID case No. ARB/01/8*, Award of 12 May 2005.

⁸⁵ INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). LG&E Energy Corp., LG&E Capital Corp., and LG&E International, Inc .v. Argentine Republic, *ICSID Case No. ARB/02/1*, Decision on Liability, Oct 3, 2006.

⁸⁶ INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). Sempra Energy Int’l v. Argentine Republic, *ICSID Case No.*

alegou ser isenta de responsabilidade com base no estado de necessidade, que foi provocada por uma crise econômica, social e política. Para verificar a necessidade, existem diversas sugestões, como testes de proporcionalidade,⁸⁷ da medida menos restritiva e razoável,⁸⁸ que alcancem o mesmo nível de benefício e efeitos menos restritivos.

O caso ‘CMS’ analisa a exceção com base no estado de necessidade como costume internacional e, em seguida, trata da cláusula do tratado bilateral conectada ao princípio costumeiro.⁸⁹ O caso ‘Sempra’ também indica parecida motivação, mas considera que “o próprio Tratado não tratou dos elementos necessários para a invocação de um estado de necessidade”.⁹⁰

Ressalta-se que enquanto a análise do artigo XXI do GATT considerava a liberalização do comércio, entendendo inviável a adoção de exceções de segurança por motivos comerciais, os casos arbitrais entenderam que motivos econômicos comprometeriam a “existência do Estado e sua independência” a ponto de atrair a exceção,⁹¹ mas a resposta regulatória não é considerada a “única forma” de lidar com crise, tendo em vista que existe “uma variedade de alternativas”⁹², ao contrário do sugerido pelo artigo 25(2) dos Artigos da ILC sobre Responsabilidade dos Estados.

Arb 02/16, Decision on the Argentine Republic’s Application for Annulment of the Award of 29 June 2010.

⁸⁷ REINISCH, August. Necessity in International Investment Arbitration: An Unnecessary Split of Opinions in Recent ICSID Cases. *Journal of World Investment & Trade*, v. 8, p. 191-201, 2007.

⁸⁸ INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). *Continental Casualty Company v Argentine Republic*, ICSID Case no. ARB/03/9, Award of 5 Sept. 2008, para. 198-199.

⁸⁹ INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). *CMS Gas Transmission Company v. Argentine Republic*, ICSID case No. ARB/01/8, Award of 12 May 2005, para. 315-352 e para. 353-78.

⁹⁰ INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). *Sempra Energy Int’l v. Argentine Republic*, ICSID Case No. *Arb 02/16*, Decision on the Argentine Republic’s Application for Annulment of the Award of 29 June 2010, para. 378..

⁹¹ INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). *Sempra Energy Int’l v. Argentine Republic*, ICSID Case No. *Arb 02/16*, Decision on the Argentine Republic’s Application for Annulment of the Award of 29 June 2010, para. 348.

⁹² INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). *CMS Gas Transmission Company v. Argentine Republic*, ICSID case No. ARB/01/8, Award of 12 May 2005, para. 323. INTERNATIONAL CENTRE

Em relação ao conceito de emergência, os casos CMS, LG&E e Enron concluíram que compõem crises econômicas graves, não sendo preciso que haja ação militar,⁹³ diferente do entendimento da OMC. No entanto, no CMS e no Enron, a conclusão foi de que a crise na Argentina não seria o suficiente para ser uma emergência, já que não causou um total colapso.⁹⁴

No caso LG&E, o tribunal analisou os termos do BIT e, se necessário, para sua interpretação, o direito internacional geral⁹⁵, por considerar o caráter de *lex specialis*, diferente dos demais casos ao considerar o direito costumeiro. Entendeu que houve “crise em que foi necessário adotar medidas para manter a ordem pública e proteger seus interesses essenciais de segurança”.⁹⁶

Estes entendimentos mostram uma preocupação menor na liberalização do comércio e maior na proteção dos interesses essenciais quando comparada a interpretação dada no âmbito da OMC. Além disso, revelam uma diferenciação entre as exceções de interesse público, adotada no Direito dos Investimentos,⁹⁷ e as exceções de segurança, adotada no Comércio Internacional, ainda que não haja um reconhecimento explícito desta diferença pelos tribunais.

FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). *Sempra Energy Int'l v. Argentine Republic*, *ICSID Case No. Arb 02/16*, Decision on the Argentine Republic's Application for Annulment of the Award of 29 June 2010, para. 350-351.

⁹³ INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). *LG&E Energy Corp., LG&E Capital Corp., and LG&E International, Inc .v. Argentine Republic*, *ICSID Case No. ARB/02/1*, Decision on Liability, Oct 3, 2006, para. 238.

⁹⁴ INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). *CMS Gas Transmission Company v. Argentine Republic*, *ICSID case No. ARB/01/8*, Award of 12 May 2005, para.355.

⁹⁵ INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). *LG&E Energy Corp., LG&E Capital Corp., and LG&E International, Inc .v. Argentine Republic*, *ICSID Case No. ARB/02/1*, Decision on Liability, Oct 3, 2006, para. 206.

⁹⁶ INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). *LG&E Energy Corp., LG&E Capital Corp., and LG&E International, Inc .v. Argentine Republic*, *ICSID Case No. ARB/02/1*, Decision on Liability, Oct 3, 2006, para. 229.

⁹⁷ FORDE, 1980 apud MOON, William. Essential Security Interests in International Investment Agreements. *Journal of International Economic Law*, v. 15, n. 2, p. 481-502, Apr. 2012.

Conclusão

Neste trabalho, verificou-se que a exceção de segurança não é estritamente discricionária. Ainda assim, foi verificado que, por se tratar de cláusula auto determinável, a análise do mérito se limita a verificar se o contexto da alegação se enquadra em “guerra ou outras emergências nas relações internacionais” e o nexos causal entre a medida restritiva e os interesses essenciais de segurança. Isso significa que a preponderância da discricionariedade estatal em oposição à revisão de legalidade ainda é verificada, mesmo que haja jurisdição.

Ainda, foi verificada a discussão acerca da possibilidade da revisão de boa-fé e seus critérios. Um ponto crítico percebido, que sugere a possibilidade de desenvolvimento da jurisprudência é de que, como a decisão do Painel seguiu a ordem dos argumentos da Rússia, o ônus da prova para demonstrar o nexos de causalidade sugerido por outros países não foi abordado. Por fim, foram vistos os limites à discricionariedade no Direito dos Investimentos, bem como as definições jurídicas de necessidade e de interesse essencial de segurança.

Nesse sentido, conclui-se que é possível restringir a discricionariedade estatal na aplicação de medidas de segurança nacional através da revisão de legalidade, apesar de existirem restrições, sendo necessário também que se continue a considerar alternativas para estabelecer limites mais objetivos na aplicação de exceções de segurança.

Referências bibliográficas

AYRES, Glyn; MITCHELL, Andrew. General and Security Exceptions under the GATT and GATS. In: CARR, Indira; BHUIYAN, Jahid; ALAM, Shawkat (edit.). *International Trade Law and WTO*. Sidney: Federation Press, 2012. p. 228-268.

BOGDANOVA, Iryna. Adjudication of the GATT Security Clause: To Be or Not to Be, This is the Question. *World Trade Institute Working Paper*, Mar. 2019. Disponível em: <https://www.wti.org/research/publications/1208/adjudication-of-the-gatt-security-clause-to-be-or-not-to-be-this-is-the-question/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BOGDANOVA, Iryna. The WTO Panel Ruling on the National Security Exception: Has the Panel ‘Cut’ the Baby in Half? *EJIL Talk*, Apr. 12, 2019.

Disponível em: <https://www.ejiltalk.org/the-wto-panel-ruling-on-the-national-security-exception-has-the-panel-cut-the-baby-in-half/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BOKLAN, D.; BAHRI, A. The First WTO's Ruling on National Security Exception: Balancing Interests or Opening Pandora's Box?. *World Trade Review*, v. 19, n. 1, p. 123-136, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1474745619000430>.

BONNAN, Regis. The GATT Security Exception in a Dispute Resolution Context: Necessity or Incompatibility?. *Currents International Trade Law Journal*, v. 3, p. 449-478, 2010.

CANN, Wesley A. Jr. Creating Standards and Accountability for the Use of the WTO Security Exception: Reducing the Role of Power-Based Relations and Establishing a New Balance Between Sovereignty and Multilateralism. *Yale Journal of International Law*, v. 26, p. 413-485. 2001. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/yjil/vol26/iss2/7>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CHENG, Bin. *General Principles Of Law As Applied By International Courts And Tribunals*. Londres: Stevens & Sons Ltd., 1953.

COOK, Graham. *A Digest of WTO Jurisprudence of Public International Law Concepts and Principles*. Genebra: Cambridge University Press, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781316212691>.

DESIERTO, Diane A. *Necessity and National Emergency Clauses: Sovereignty in Modern Treaty Interpretation*. Nijhoff: Brill, Jan. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1163/9789004218536>.

DESIERTO, Diane A. Protean 'National Security' in Global Trade Wars, Investment Walls, and Regulatory Controls: Can 'National Security' Ever Be Unreviewable in International Economic Law?. *EJIL Talk*, Apr. 2, 2018. Disponível em: <https://www.ejiltalk.org/national-security-defenses-in-trade-wars-and-investment-walls-us-v-china-and-eu-v-us/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

GATT. Contracting Parties Nineteenth Session. *Doc. GATT/SR.19/12*, 1961. Disponível em: <https://docs.wto.org/gattdocs/q/GG/SR/19-12.PDF>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GATT. Contracting Parties Sixth Session. *Doc. GATT/CP.6/5*, 1951. Disponível em:

https://www.wto.org/gatt_docs/English/SULPDF/90070309.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

GATT. Contracting Parties Third Session. *Doc. GATT/CP.3/33*, 1949. Disponível em: https://www.wto.org/gatt_docs/English/SULPDF/90320183.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

GATT. Decision Concerning Article XXI, *L/5426*, Nov. 30, 1982. Disponível em: https://www.wto.org/gatt_docs/english/SULPDF/91000212.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

GATT. Minute of the meeting Held in the Centre William Rappard, *GATT Doc. C/M/157*, May 7, 1982. Disponível em: <https://docs.wto.org/gattdocs/q/GG/C/M157.PDF>. Acesso em: 30 mar. 2021.

GATT. Minutes of Meeting - Held in the Palais des Nations, Geneva, *Doc. C/M/109*, Oct. 31, 1975. Disponível em: <https://docs.wto.org/gattdocs/q/GG/C/M109.PDF>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GATT. Portugal Accession, *Doc. L/1764*, 1962. Disponível em: https://www.wto.org/gatt_docs/English/SULPDF/90750286.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

GATT. Sweden—Import Restrictions on Certain Footwear, *L/4250*, Nov. 17, 1975. Disponível em: <https://docs.wto.org/gattdocs/q/GG/L4399/4250.PDF>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GATT. Trade Measures Taken by the European Community against the Socialist Federal Republic of Yugoslavia, *L/6948*, Communication, Dec. 2, 1991. Disponível em: https://www.wto.org/gatt_docs/English/SULPDF/91600060.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

GATT. Trade Restrictions Affecting Argentina Applied for Non-Economic Reasons, Communication, *Doc. L/5336*, June 15, 1982. Disponível em: <https://docs.wto.org/gattdocs/q/GG/L5399/5336.PDF>. Acesso em: 30 mar. 2021.

GATT. Trade Restrictions Affecting Argentina Applied for Non-economic Reasons, Communication, *Doc. L/5319/Rev.1*, May 18, 1982. Disponível em: <https://docs.wto.org/gattdocs/q/GG/L5399/5319R1.PDF>. Acesso em: 30 mar. 2021.

GATT. United States – Imports of Sugar from Nicaragua, *L/5607*, Panel Report, Mar. 2, 1984. Disponível em:

https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/gatt_e/83sugar.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

GATT. United States – Restrictions on Exports to Czechoslovakia, *CP.3/SR22*, Record of the Twenty-second meeting, June 8, 1949. Disponível em: <https://docs.wto.org/gattdocs/q/GG/GATTCP3/SR22.PDF>. Acesso em: 30 mar. 2021.

GATT. United States – Trade Measures Affecting Nicaragua, *L/6053*, Panel Report, Oct. 13, 1986. Disponível em: https://www.wto.org/gatt_docs/English/SULPDF/91240197.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

GOLDSTEIN, J. Creating GATT Rules: Politics, Institutions, and American Policy. In: RUGGIE, John (edit.). *Multilateralism Matters*. Nova York: Columbia University Press, 1993. p. 201-232.

GREENWOOD, Christopher. The Concept of War in Modern International Law. *Cambridge University Press*, v. 36, n. 2, p. 283-306, 1987. DOI:10.1093/iclqaj/36.2.283.

HAHN, Michael J. Vital Interests and the Law of GATT: An Analysis of GATT's Security Exception. *Michigan Journal of International Law*, Michigan, v. 12, p. 558-620, 1991. Disponível em: <https://repository.law.umich.edu/mjil/vol12/iss3/3>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). CMS Gas Transmission Company v. Argentine Republic, *ICSID case No. ARB/01/8*, Award of 12 May 2005. Disponível em: <https://www.italaw.com/sites/default/files/case-documents/ita0184.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). Sempra Energy Int'l v. Argentine Republic, *ICSID Case No. Arb 02/16*, Decision on the Argentine Republic's Application for Annulment of the Award of 29 June 2010. Disponível em: <https://www.italaw.com/sites/default/files/case-documents/ita0776.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). Continental Casualty Company v Argentine Republic, *ICSID Case no. ARB/03/9*, Award of 5 Sept. 2008. Disponível em: <https://www.italaw.com/sites/default/files/case-documents/ita0228.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). LG&E Energy Corp., LG&E Capital Corp., and LG&E International, Inc. v. Argentine Republic, *ICSID Case No. ARB/02/1*, Decision on Liability, Oct 3, 2006. Disponível em: <https://www.italaw.com/sites/default/files/case-documents/ita0460.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

INTERNATIONAL CENTRE FOR SETTLEMENT OF INVESTMENT DISPUTES (ICSID). Marfin Investment Group Holdings S.A. et al. v. Republic of Cyprus, *ICSID Case No. ARB/13/27*, Award, July 26, 2018. Disponível em: <https://www.italaw.com/sites/default/files/case-documents/italaw10149.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Whaling in the Antarctic* (Australia v. Japan: New Zealand intervening) Written Observations by New Zealand, 4 April 2013. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/148/17386.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Certain Questions of Mutual Assistance in Criminal Matters* (Djibouti v. France), Judgement, 2008. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/136/136-20080604-JUD-01-00-EN.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Certain Questions of Mutual Assistance in Criminal Matters* (Djibouti v. France), Declaration of Judge Kenneth Keith, 2008. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/136/136-20080604-JUD-01-06-EN.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua* (Nicaragua v. Estados Unidos da America), Judgement, 1986. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/70/070-19860627-JUD-01-00-EN.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Oil Platforms* (Islamic Republic of Iran v. United States of America), Judgement, 2003. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/90/090-20031106-JUD-01-00-EN.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION. *Draft articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts*, 2001. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/3ddb8f804.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

JÜRGEN, Kurtz. Adjudging the Exceptional at International Law: Security, Public Order and Financial Crisis. *Society of International Economic Law*, Jul. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1154702>. Acesso em: 30 mar. 2021.

KNOLL, David D. The Impact of Security Concerns upon International Economic Law. *Syracuse J. Int'l L. & Com.* Syracuse, v. 11, p. 587-624, 1984. Disponível em: <https://surface.syr.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1201&context=jilc>. Acesso em: 30 mar. 2021.

LOBSINGER, Eric J. Diminishing borders in trade and terrorism: An examination of regional applicability of GATT article 21 national security trade sanctions. *ILSA Journal of International & Comparative Law*, v. 13, n. 1, p. 99-138, 2006.

MOON, William. Essential Security Interests in International Investment Agreements. *Journal of International Economic Law*, v. 15, n. 2, p. 481-502, Apr. 2012. DOI: 10.1093/jiel/jgs024.

NAGY, Csongor István. World Trade, Imperial Fantasies and Protectionism: Can You Really Have Your Cake and Eat It Too?. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, v. 26, n. 1, p. 87-132, 2019. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3363951>. Acesso em: 10 mar. 2021.

NOLAN, Michael D.; SOURGENS, Frederic G. The Limits of Discretion? Self-Judging Emergency Clauses in International Investment Agreements. In: SAUVANT, Karl P. (edit.). *Yearbook of International Investment Law & Policy 2010-2011*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 363-413.

PAUWELYN, Joost. The Role of Public International Law in the WTO: How far can we go?. *American Journal of International Law*, v. 95, n. 3, p. 535-578, 2001.

PELC, Krzysztof J. *Making and bending international rules: The design of exceptions and escape clauses in trade law*. Nova York: Cambridge University Press, 2016.

PERMANENT COURT OF INTERNATIONAL JUSTICE (PCIJ). *Case of the S.S. Lotus* (France v. Turkey), Judgement, 1927, series A, No. 10. Disponível em: http://www.worldcourts.com/pcij/eng/decisions/1927.09.07_lotus.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

RANJAN, Prabhash. COVID-19, India and Indirect Expropriation: Is the Police Powers Doctrine a Reliable Defence?. *Contemporary Asia Arbitration Journal*, v. 13, n. 1, p. 205-228, May 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3617770>. Acesso em: 20 mar. 2021.

REINISCH, August. Necessity in International Investment Arbitration: An Unnecessary Split of Opinions in Recent ICSID Cases. *Journal of World Investment & Trade*, v. 8, p. 191-201, 2007.

SANKLECHA, Jay Manoj. The limitations on the invocation of self-judging clauses in the context of WTO dispute settlement. *Indian Journal of International Law*, v. 59, p. 77-109, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40901-019-00108-6>.

SCHILL, Stephan; BRIESE, Robyn. If the State Considers: Self-Judging Clauses In International Dispute Settlement. In: WOLFRUM, Rüdiger (edit.). *Max Planck Yearbook of United Nations Law*. Nijhoff: Brill, 2009. v. 13, p. 61-140. DOI: <https://doi.org/10.1163/18757413-90000037>.

SCHLOEMANN, Hannes L.; OHLHOFF, Stefan. 'Constitutionalization' and Dispute Settlement in the WTO: National Security as an Issue of Competence. *The American Journal of International Law*, v. 93, n. 2, p. 424-451, 1999. DOI: <https://doi.org/10.2307/2997999>.

SIEGEL, Deborah E. Legal Aspects of the IMF/WTO Relationship: The Fund's Articles of Agreement and the WTO Agreements. *American Journal of International Law*, v. 96, n. 3, p. 561-599, 2002.

TRYBUS, M. The EC Treaty as an Instrument of European Defence Integration: Judicial Scrutiny of Defence and Security Exceptions. *Common Market Law Review*, v. 39, p. 1347-1369, 2002.

UNITED NATIONS REPORTS OF INTERNATIONAL ARBITRAL AWARDS (UNRIAA). *Sugar Company (United States v. Germany)*, Decision of 1 November 1923, vol. VII. Disponível em: https://legal.un.org/riaa/cases/vol_VII/44-63.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021.

UNITED NATIONS REPORTS OF INTERNATIONAL ARBITRAL AWARDS (UNRIAA). *Trail Smelter case (United States, Canada)*, Decision of 16 April 1938, vol. III. Disponível em: https://legal.un.org/riaa/cases/vol_III/1905-1982.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council, Final Act, GATT and Protocol of Provisional Application, *Doc. E/PC/T/214/Add.1/Rev.1*, 1947.

Disponível em: <https://docs.wto.org/gattdocs/q/UN/EPCT/214A1R1.PDF>. Acesso em: 31 mar. 2021.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council, Preparatory Committee of the United Nations Conference on Trade and Employment, Thirty-Third Meeting of Commission A, Declaration of US Delegate JM Leddy, *Doc. E/PC/T/A/PV/33*, 1947. Disponível em: <https://docs.wto.org/gattdocs/q/UN/EPCT/APV-33.PDF>. Acesso em: 31 mar. 2021.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council, Preparatory Committee of the United Nations Conference on Trade and Employment, Thirty-Third Meeting of Commission A, *Doc. E/PC/T/A/PV/33*, 1947. Disponível em: <https://docs.wto.org/gattdocs/q/UN/EPCT/APV-33.PDF>. Acesso em: 31 mar. 2021.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council, Preparatory Committee of the United Nations Conference on Trade and Employment, Thirty-Third Meeting of Commission A, *Doc E/PC/T/196*, September Draft, 1947. Disponível em: <https://docs.wto.org/gattdocs/q/UN/EPCT/196.PDF>. Acesso em: 31 mar. 2021.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council, Preparatory Committee of the United Nations Conference on Trade and Employment, Eleventh Meeting of the Tariff Agreement Committee, *Doc. E/PC/T/TAC/PV/11*, 1947. Disponível em: <https://docs.wto.org/gattdocs/q/UN/EPCT/TACPV-11.PDF>. Acesso em: 31 mar. 2021.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council, Preparatory Committee of the United Nations Conference on Trade and Employment, Thirty-Third Meeting of Commission A, *Doc. E/PC/T/A/SR/33*, 1947. Disponível em: <https://docs.wto.org/gattdocs/q/UN/EPCT/ASR-33.PDF>. Acesso em: 31 mar. 2021.

UNITED NATIONS. *General Assembly Resolution No. 68/262*. Territorial integrity of Ukraine, 27 Mar. 2014. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/a_res_68_262.pdf. Acesso em: 01 abr. 2021;

UNITED NATIONS. *General Assembly Resolution No. 71/205*. Situation of human rights in the Autonomous Republic of Crimea and the city of Sevastopol, Dec. 19, 2016. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/858544?ln=en>. Acesso em: 01 abr. 2021.

UNITED NATIONS. *Security Council resolution 687*, Apr. 3, 1991. Disponível em: <https://www.un.org/Depts/unmovic/documents/687.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. *Proposals for Expansion of World Trade and Employment*, Nov. 1945. Disponível em: <http://www.worldtradelaw.net/document.php?id=misc/ProposalsForExpansionOfWorldTradeAndEmployment.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

VANDEVELDE, Kenneth J. *The first bilateral investment treaties: U.S. postwar friendship, commerce, and navigation treaties*. Nova York: Oxford University Press, 2017.

WEISS, Martin A. *Arab League Boycott of Israel*. Washington: Congressional Research Service, Ago. 2017. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/59c37d214.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

WRIGHT, Richard W. Causation, Responsibility, Risk, Probability, Naked Statistics, and Proof: Pruning the Bramble Bush by Clarifying the Concepts. *Iowa Law Review*, v. 73, p. 1001-1077, 1988.

WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *DS512*, European Union Third Party Written Submission, 2017. Disponível em: https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2018/february/tradoc_156602.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021.

WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/3*, Request for the establishment of a panel by Ukraine. Disponível em: <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/DS/512-3.pdf&Open=True>. Acesso em: 31 mar. 2021.

WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/R/Add.1*, Report of the Panel - Addendum, 2019. Disponível em: <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/DS/512RA1.pdf&Open=True>. Acesso em: 31 mar. 2021.

WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/R*, Report of the Panel, 2019. Disponível em: https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=E&CatalogueIdList=253739,252975,252976,248421,240333,236742,234478,231517,231365,231300&CurrentCatalogueIdIndex=1&

FullTextHash=&HasEnglishRecord=True&HasFrenchRecord=True&HasSpanishRecord=True. Acesso em: 31 mar. 2021.

WTO. China—Measures Related to the Exportation of Various Raw Materials, *WT/DS394/R*, *WT/DS395/R*, *WT/DS398/R*, Panel report, July 5, 2011. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news11_e/394_395_398r_e.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

WTO. *Dispute settlement activity: some figures*. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispustats_e.htm. Acesso em: 31 mar. 2021.

WTO. GATT 1994. Article XXI (Jurisprudence), Security Exceptions. In: WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). *WTO Analytical Index: Guide to WTO Law and Practice*. Genebra: World Trade Organization, 2012. p. 600. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/gatt_ai_e/art21_e.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021.

WTO. GATT 1994. Provisional Application of the General Agreement of 1947. In: WTO. *WTO Analytical Index: Guide to WTO Law and Practice*. Genebra: World Trade Organization, 2012. p. 1071-1084. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/gatt_ai_e/prov_appl_gen_agree_e.pdf. Acesso em: 01 abr. 2021.

WTO. *General Agreement on Tariffs and Trade - GATT*, 1994. Disponível em: https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/legal_e.htm. Acesso em: 31 mar. 2021.

WTO. Korea – Measures Affecting Imports of Fresh, Chilled and Frozen Beef (United States of America v Korea), *WT/DS161/AB/R*, *WT/DS169/AB/R*, Report of the Appellate Body, Dec. 11, 2000. Disponível em: https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=E&CatalogueIdList=28643,66170,107599,12458,13372,22203,110283,19005,7858,46659&CurrentCatalogueIdIndex=3&FullTextHash=&HasEnglishRecord=True&HasFrenchRecord=True&HasSpanishRecord=True. Acesso em: 31 mar. 2021.

WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *DS512*, Third-Party Oral Statement of the United States of America, 25 Jan. 2018. Disponível em: <https://ustr.gov/sites/default/files/enforcement/DS/US.3d.Pty.Stmt.%28as%20delivered%29.fin.%28public%29.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *DS512*, Third-Party Oral Statement of Australia, 2018. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/ds512-australias-third-party-oral-statement-240118.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

WTO. Russia - Measures Concerning Traffic in Transit (Ukraine v. Russian Federation), *Doc. WT/DS512/1*, Request for consultations by Ukraine. Disponível em: <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/DS/512-1.pdf&Open=True>. Acesso em: 30 mar. 2021.

WTO. United States – Restrictions on Imports of Tuna (México v. Estados Unidos da América), *DS29/R*, Panel Report. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/gatt_e/92tuna.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021.

WTO. United States-Import Prohibition of Certain Shrimp and Shrimp Products, *Doc. WT/DS58/AB/R*, Report of the Appellate Body, Nov. 1998. Disponível em: https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=E&CatalogueIdList=49069,73647,22613,31576,97612,43205,14994,1751,52902,34963&CurrentCatalogueIdIndex=2&FullTextHash=&HasEnglishRecord=True&HasFrenchRecord=True&HasSpanishRecord=True. Acesso em: 31 mar. 2021.

YOO, Ji Yeong; AHN, Dukgeun. Security Exceptions in the WTO System: Bridge or Bottle-Neck for Trade and Security?. *Journal of International Economic Law*, Oxford, v. 19, n. 2, p. 417-444, out. 2015. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2809074>. Acesso em: 31 mar. 2021.